



ATA Nº 3/2015

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano dois mil e quinze, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas a faltas dos Deputados Municipais Rui Miguel da Costa e Silva, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho, Ivan Carlos Fernandes Abreu Cruz e Costa e do Presidente de Junta da Freguesia de Arroquelas, procedendo-se às respetivas substituições. -----

----- Pelas catorze horas e trinta minutos, verificando-se a existência de quórum (24 presenças), o Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Antes da discussão e votação da ata, chamou à atenção que tem sido hábito e era legalmente permitida a abstenção das pessoas que não tinham comparecido na sessão a que a ata se referia. Neste momento, e de acordo com o novo Código do Procedimento Administrativo (CPA), só podem participar na deliberação as pessoas que estiveram na sessão a que a mesma diz respeito e que a abstenção daqueles que não estiveram não faz sentido. -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 2/2015 referente à sessão ordinária de 28 de abril. -----



----- Aprovada a ata n.º 2/2015 por unanimidade dos presentes com direito de voto (20 votos a favor), não participando na votação por não terem estado presentes na anterior sessão o Presidente da Assembleia Municipal e dos Deputados Municipais Vera Alexandra Costa Simões, Ana Catarina Coelho Pinto e Luis António Caetano Madaleno (24 presenças). -----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Colocou à consideração dos deputados a alteração da designação dos pontos VII, VIII e X da ordem de trabalhos por considerar que estes não refletem aquilo que efetivamente se pretende. Assim, e havendo concordância dos membros da Assembleia Municipal, sugeriu que aos pontos VII e VIII fosse acrescentado o seguinte: "...e consequente deliberação sobre a aprovação da respetiva operação de reabilitação urbana." e que o ponto X, por não haver nada para aprovar, passe a ter o seguinte texto: " Deliberação sobre o início dos procedimentos tendentes à elaboração do Regulamento Provisório de Segurança a ser, posteriormente, apresentado, para efeitos de aprovação, à Assembleia Municipal." -----

----- Colocada à consideração dos membros da Assembleia Municipal, ninguém se opôs às alterações propostas, pelo que foi corrigida a ordem de trabalhos em conformidade. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este período. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias -----

----- Deputado Paulo Manuel Santos Colaço -----

----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----

----- Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Deputada Vera Alexandra Costa Simões -----

----- Deputado João Figueiredo Vargas Lopes -----

----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----

----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----



----- **Deputada Suzana Margarida dos Santos Candeias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por deixar um alerta relativamente às comemorações da Semana da Juventude que, para além da alegria, deixou marcas de tristeza, com os atos de alguns jovens eufóricos que se alegraram destruindo grande parte dos ninhos no jardim e fazendo com que dezenas de pássaros bebés fossem esborrachados no chão. Afirmou que quem fosse ao jardim municipal após os eventos se deparou com aquela malvadez e espera que tenha sido dada alguma reprimenda aos autores. Acrescentou que no futuro deveria ser feito algum tipo de aviso ou alerta antes de se organizar um evento desta natureza. -----

----- Acerca das Marinhas do Sal, *ex-libris* de Rio Maior, disse que embora todos falem da sua beleza e que no período do verão aumente o número de visitantes, as condições de receção dos mesmos não são as melhores, como por exemplo as casas de banho e os parques de estacionamento para privados e autocarros. Questionou qual o ponto de situação do plano de pormenor tantas vezes falado e afirmou que o futuro das Marinhas do Sal exige de todos os autarcas reflexão e participação pois elas podem ser um factor de atratividade e desenvolvimento da região. Disse que convém pensar nas formas e possíveis soluções já as festas estão próximas. -----

----- **Deputado Paulo Manuel Santos Colaço** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Mais uma vez informou que o Pé da Serra e os lugares limítrofes ainda não têm números de polícia e que já passaram uma dezena de anos desde que os moradores os solicitaram, com todos os transtornos que esta falha causa. -----

----- Acerca da Estrada Nacional 114 disse saber que foi realizada uma reunião entre a Câmara Municipal e o Instituto de Estradas de Portugal sobre o troço entre o Gato Preto e a A15 e questionou qual é o ponto de situação e quais os desenvolvimentos, lembrando que já passaram oito anos desde que os compromissos foram assumidos para a obra se realizar. -----

----- Terminou solicitando que lhe fosse dada informação acerca do concurso da obra do IC2, entre o Alto da Serra e a Asseiceira. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----



----- Afirmou que a saúde é o factor de maior bem-estar para o ser humano, por isso o Partido Comunista e a CDU denunciam a degradação das condições de prestação de cuidados de saúde nos centros hospitalares de Santarém e do Médio Tejo e dos centros de saúde do distrito de Santarém, dizendo que no âmbito das políticas de imposição da Troika, em que PS/PSD/CDS se comprometeram a reduzir a influência do chamado estado social e a abrir espaço, pela força, aos grandes grupos económicos em setores até então dominados pelos serviços públicos, o Serviço Nacional de Saúde ficou na mira do desmantelamento. Continuou dizendo que os grupos económicos utilizaram há muito a estratégia de sequestrar o Estado e colocar os seus homens de confiança no Governo para, a partir do mesmo, destruírem a eficiência dos Estado e abrir espaço a negócio. Disse ainda que nossa região, depois das sucessivas reorganizações executadas pelos concelhos de administração dos hospitais da responsabilidade dos vários ministros da saúde dos governos PS/PSD/CDS e das respetivas maiorias parlamentares, já ninguém ignora o profundo mau estar das populações com a deterioração da acessibilidade aos cuidados de saúde, o seu encarecimento e a pior qualidade dos mesmos. Referiu que depois do atual Governo anunciar que a Portaria n.º 82/2014 não seria aplicada no distrito de Santarém, uma exceção no país, eis que agora os governantes anunciaram a fusão dos dois centros hospitalares do distrito no chamado Grupo Hospitalar do Ribatejo, sempre em nome dos mesmos princípios enunciados apondo o corte radical de valências. Saliu que, caso vá por diante a aplicação desta portaria, mais umas dezenas de especialidades hospitalares vão deixar de existir nos hospitais do distrito, numa clara abertura à medicina privada com os evidentes prejuízos para os utentes, trabalhadores e comunidades locais. Lembrou que o Partido Comunista e a CDU tinham razão quando, no ano passado, alertaram para o desmantelamento do serviço nacional de saúde no distrito de Santarém e a óbvias consequências para as populações e que, porque defendem o Serviço Nacional de Saúde, exigem nesta Assembleia a derrogação da Portaria n.º 82/2014 e imediata suspensão do processo das medidas anunciadas. Apelou à luta dos utentes da saúde na defesa dos serviços de qualidade e de proximidade e também aos profissionais de saúde na defesa dos seus postos de trabalho e da economia local. Terminou dizendo que no concelho de Rio Maior a situação agrava-se mês após mês, que mais de metade da população não tem médico de família, das extensões de saúde existentes nas freguesias não há nenhuma a funcionar com rigor, a Unidade de Saúde Familiar dos Moinhos, anunciada



há seis anos, continua por constituir, assistindo-se também a uma estratégia de colocação de médicos no centro de saúde em condições de subcontratação e estágio, quando aquilo que é necessário e urgente é uma mudança de política e uma visão de incentivo à fixação dos profissionais de saúde no concelho. -----

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir a alguns dos eventos que ocorreram desde a última sessão da Assembleia Municipal, nomeadamente a Semana da Juventude, o Rio Maior Florido, a 1ª edição do PalhaçArte e do Mercadinho Romano, congratulando-se com a adesão e presença de riomaiorenses e não só, dignificando não só a cidade como também a qualidade de vida e o sentimento de pertença das populações. Saliu o sucesso e a forte adesão à corrida “Color Fun” integrada na Semana da Juventude assim como a forte adesão da população, da comunidade escolar e empresarial de Rio Maior o que faz notar que há uma vontade de envolvimento e de contributo e por isso, em nome da Assembleia Municipal, deixou um agradecimento a todos aqueles que participaram e dignificaram estas atividades. Agradeceu também a todos os funcionários da Câmara Municipal que contribuíram para a organização das atividades muitas vezes fora do seu horário laboral sem qualquer custo extraordinário para o município. Louvou ainda a participação do Palhatiko que tanto contribuiu para o sucesso da 1ª edição do PalhaçArte. -----

----- Por fim fez uma chamada de atenção para o facto de nos parques de estacionamento cobertos continuar um aviso de encerramento completamente desatualizado. -----

----- **Deputada Vera Alexandra Costa Simões** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Congratulou-se com o vídeo promocional de Rio Maior que foi divulgado que considera fundamental na atualidade e nos tempos que correm, deixando ainda alguns contributos e sugestões no sentido de melhorar em alguns aspectos que considera estratégicos como, por exemplo, o reforço da ideia da Cidade do Desporto, a inclusão do completo das piscinas municipais e o centro de alto rendimento de natação, mencionar o ensino superior, mostrar as infraestruturas existentes e informar acerca dos cursos que leccionados. Referiu ainda que seria igualmente interessante



mencionar alguns dos eventos que se realizam na cidade e no concelho e ainda a variação do mesmo vídeo em língua inglesa para chegar além-fronteiras. -----

----- Por fim questionou qual foi o regime da contratação para a execução do vídeo e se o mesmo teve algum tipo de encargo para a autarquia. -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que todos aqueles que foram eleitos, independentemente das forças partidárias, assumiram um compromisso com o serviço público e com a sua defesa acima de tudo e, como tal se sente na obrigação de voltar a falar mais uma vez na situação em que se encontram os terrenos que serviam de tampão entre a Azinheira, Zona Industrial e o Bairro da Chainça, afirmando que se trata de um assunto demasiado importante para não ser discutido profundamente. Continuou dizendo que não se trata de uma questão política nem exclusivamente do executivo que está hoje em funções, relatando que ao longo dos anos, quer no tempo em que exerceu funções no executivo municipal quer posteriormente, chamou à atenção para esta situação e tem documentos que o provam. Relatou que atualmente se verifica um fluxo diário de dezenas, se não centenas, de camiões a retirar areias daquela zona para colocar em outros locais e, muito embora nada tenha a ver com qualquer proprietário em particular, as areias estão a ser retiradas por diversas explorações o que está a causar uma debilidade evidente daqueles terrenos colocando toda a zona em perigo e considerou que todos os eleitos têm responsabilidade nisso e em particular o executivo municipal. -----

----- Continuou dizendo que tem vindo a questionar sobre o que aqueles terrenos que, como é de conhecimento geral, foram doados pelas pessoas da Azinheira à Câmara para a construção do bairro social, sob proposta do Senhor Manuel Nobre na altura, e fizeram-no por se tratar de uma obra pública e para benefício público. Contou que posteriormente o bairro social mudou de local, que houve uma tentativa de ali construir uma ETAR, mas que essa ideia foi rejeitada pelas populações e não foi adiante. Disse ainda que mais tarde ainda se tentou fazer uma permuta com aquele terreno, situação sobre a qual disse que votaria contra com declaração de voto, mas que também não foi por diante. Concluiu dizendo que o terreno foi finalmente vendido por este executivo e perguntou como fica a situação das povoações que se encontram agora desprotegidas visto que todos os terrenos estão vendidos, até junto à povoação da Azinheira, do Bairro da Chainça e até à Zona Industrial, para os areeiros. Questionou



se ninguém teve o cuidado de proteger as populações e as povoações e afirmou que o executivo tem responsabilidades, e que ele próprio responsabiliza o executivo municipal, pelo qual tem o maior respeito e consideração, mas que nesta situação há quer ter noção daquilo que se está a fazer. Reforçou que se venderam uns terrenos que, a maior parte deles, foram doados para um fim social, não houve qualquer esforço para defender o interesse público e as populações estão justificadamente alarmadas. Relembrou ainda as reuniões que teve com os proprietários daqueles terrenos no sentido destes doarem cerca de dois metros cada um a fim de se fazer uma estrada que serviria de tampão e que impedia a situação que hoje se presencia. Reafirmou que as povoações ficaram desprotegidas e o interesse público foi negligenciado com a venda daqueles terrenos a particulares. -----

----- Terminou dizendo que esta é uma situação de extrema importância onde não se defendeu o interesse público e que todos devem ter consciência disso. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Prescindiu da intervenção. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção por justificar a falta do Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião por motivos de agenda. -----

----- De seguida lembrou o aniversário do Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior e relevar o excelente trabalho que ali tem vindo a ser realizado e que, muitas vezes, não a tem a visibilidade que devia junto da população. -----

----- Deu conhecimento que foi realizado um encontro com todas as delegações da Ordem dos Advogados da área distrital de Lisboa e que a reunião se realizou nas Salinas deixando todos os participantes extasiados com o local e agradeceu Câmara Municipal e à Junta de Freguesia de Rio Maior a colaboração, fazendo apenas o pequeno reparo, no que concerne aos folhetos promocionais do concelho disponibilizados pela Câmara Municipal, que foram manifestamente poucos. Agradeceu ainda aos serviços de Turismo da Câmara Municipal, nomeadamente à Dr.^a Cristina Vicente que fez um excelente trabalho na pequena exposição que apresentou da história das Salinas. -----

----- Considerou que existe pouca divulgação do concelho embora já se venha fazendo alguma divulgação como aconteceu com a revista “Rotas e Destinos” que veio



visitar a Casa Senhorial e as Salinas com vista à difusão destes espaços. Referiu ainda que um dos principais factores de desenvolvimento inseridos no Plano Estratégico do Concelho é o turismo e como tal a divulgação é essencial na mostra daquilo que de melhor existe no Concelho. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu os deputados municipais em relação às seguintes questões colocadas: -----

----- Relativamente à questão levantada sobre a destruição de ninhos e pássaros disse que era a primeira vez que tinha conhecimento dessas situações, desconhecendo por completo qual seriam os locais onde estes se encontravam, reconhecendo que existe algum vandalismo que sempre que é conhecido se comunica à Guarda Nacional Republicana a fim de haver alguma prevenção e rondas pela cidade para evitar algumas dessas situações. -----

----- Marinhas do Sal: Esclareceu que a Câmara Municipal não tem terrenos nas Salinas e os terrenos onde se encontram os parques de estacionamento são propriedade privada disponibilizada para o efeito, agradecendo, desde logo, essa disponibilidade. -----

----- Numeração de polícia: Disse esperar que na próxima reunião da Comissão de Toponímia exista quórum a fim de se deliberar acerca dos nomes de rua e conseqüentemente os números de polícia. -----

----- Obras na EN 114 e no IC2: Informou que a Câmara está a desencadear todos os procedimentos no que se refere a estes assuntos pela realização de reuniões e que se está no caminho de se poder ter em definitivo o projeto final da EN 114 para ser presente à Secretaria de Estado e eventualmente ser alvo de candidatura ao quadro comunitário. Quanto ao IC2 disse ser da competência da Estradas de Portugal e não dispõe de mais qualquer informação após a reunião havida por causa das obras que têm vindo a ser feitas. -----

----- Saúde: Discordou da afirmação feita de que a saúde no concelho de Rio Maior se está cada vez mais a degradar porque existem neste momento duas médicas com ficheiro atribuído que já concorreram ao concurso público e aguarda-se que o mesmo



chegue ao fim com sucesso. No que se refere à aplicação da Portaria n.º 82/2014 disse que à época, e nos sítios certos, se manifestou contra a fusão dos centros hospitalares dizendo ainda que o grande investimento deveria ser nos centros de saúde e nos cuidados primários. Informou ainda que foi anunciado que estava para sair um estudo e que o mesmo ainda não é conhecido sendo, por isso, decidido, no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT), aguardar que este seja publicado. -----

----- Concordou com tudo o que foi dito acerca de todas as atividades que foram realizadas e relativamente ao vídeo promocional agradeceu todas as sugestões e reconheceu que têm que ser feitos alguns ajustes. Relativamente à vertente desportiva como chamariz para o concelho disse concordar mas que existem já um conjunto de vídeos promocionais de economia do desporto que foram desenvolvidos pela Desmor e que retratam única e exclusivamente o desporto. Ainda relativamente à Escola Superior de Desporto informou que foi criado um site, *Study Santarém*, desenvolvido pelo Instituto Politécnico de Santarém em colaboração com a Câmara Municipal de Santarém e a Câmara Municipal de Rio Maior, que oferece um conjunto de informação essencial de todos os eixos da economia do concelho em português e em inglês. -----

----- Sobre as questões colocadas acerca do regime de contratação e dos encargos com o vídeo promocional, informou que faz parte de um conjunto de atividades promocionais da CIMLT dos onze municípios que a constituem e que não existe, por isso, nenhum regime de contratação nem acréscimo de encargos para o efeito. -----

----- Acerca da situação dos terrenos entre a Azinheira, Chainça e Zona Industrial disse estar também a par da situação e que se existe prova documental das doações de terrenos à Câmara gostaria que esses documentos pudessem chegar-lhe, porque desconhece qualquer informação acerca das eventuais doações e acrescentou que quando a câmara ser responsabilizada, o licenciamento desta movimentação de areias não passa pela Câmara mas sim pelo governo central, nomeadamente o Ministério da Economia e a única responsabilidade da Câmara foi autuar o proprietário via GNR por causa do derramamento de terras na estrada, por questões de segurança e questionar a tutela acerca do plano de reconversão existente para o local. -----

----- Solicitou que fosse dada a palavra ao Vice-Presidente da Câmara Municipal para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----



----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Salinas: Relativamente às Salinas afirmou que existe alguns condicionantes legais, nomeadamente no que respeita aos fundos disponíveis, que impedem que se avance com o Plano de Pormenor de Salvaguarda, sobre o qual já foram feitas reuniões com alguns gabinetes existindo propostas mas que não podem ter seguimento devido à falta de fundos para a celebração do contrato. Acrescentou que outro dos problemas existentes é o facto de todos os terrenos sem exceção são propriedade particular e a única coisa pertencente ao domínio público é a estrada, o que não quer dizer que não possam vir a ser melhoradas algumas coisas embora, para isso acontecer, seja fundamental a colaboração de quem lá está. -----

----- Turismo: Realçou que embora atualmente seja um dos eixos prioritários da estratégia para o concelho durante muitos anos foi uma área com poucos recursos por existirem, na altura, outras prioridades. Salientou ainda que os recursos humanos afetos a esta área resumem-se a um técnico superior e a pessoas que são integradas por via de estágios e programas ocupacionais que têm duração objetiva, considerando que, ainda assim, muito tem sido feito para o desenvolvimento desta área e na divulgação do concelho de Rio Maior. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Solicitou que lhe fosse esclarecido se os filmes promocionais foram feitos por serviços próprios da CIMLT ou se foram contratadas entidades externas para o efeito.-

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Solicitou que fosse dada a palavra ao responsável pelo Gabinete de Comunicação, para os esclarecimentos solicitados visto ter sido a pessoa que esteve presente nas reuniões havidas com a CIMLT sobre a matéria. -----

----- **Responsável pelo Gabinete de Comunicação** -----

----- (Não audível). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Sugeriu que os esclarecimentos fossem dados por escrito ao Deputado António Manuel da Silva Moreira por terem sido pouco claros e não audíveis.-----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Disse ter entendido a explicação e solicitou que lhe fosse dada informação dos valores, por escrito. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----



----- Acrescentou que tinha dito que era no âmbito das atividades da CIMLT e que muito provavelmente constará do orçamento daquela entidade, mas que irá obter a informação concreta para esclarecer a questão. -----

----- **Deputado João Figueiredo Vargas Lopes** -----

----- Pediu a palavra para esclarecer que não disse que a responsabilidade do transporte das terras era da Câmara mas sim aquilo que está a acontecer nos terrenos e como estão a ficar. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Disse que a intervenção não era um pedido de esclarecimento e que como tal, tendo a Presidente respondido que o licenciamento não competia à Câmara, se persistir alguma mais alguma dúvida deve colocá-la por escrito. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Prestação de Contas da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo – Ano 2014** -----

----- **Acordo de Cooperação entre o Município de Rio Maior e a Câmara Municipal de Bissau** -----

----- **Assunção de compromissos plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 3)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Questionou se existe algum plano estratégico e qual a base de concretização deste acordo de cooperação com a Câmara Municipal de Bissau. -----

----- **António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Relativamente ao acordo com a Câmara Municipal de Bissau disse que gostaria que o mesmo fosse mais explícito de forma a poder-se aferir os objetivos e as contrapartidas de cada uma das partes, não só financeiras mas também do âmbito intercultural. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Acerca dos compromissos plurianuais solicitou que lhe fosse esclarecido, relativamente ao valor de dezasseis mil euros de gás na contratação para os serviços



municipais para 2016, quais as instalações municipais abrangidas e qual o regime de contratação. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Relativamente à questão do protocolo com a Câmara Municipal de Bissau disse ser um protocolo de intenções e que o Vice-Presidente de seguida daria todas as explicações necessárias. -----

----- Acerca do valor de contratação de serviços de gás esclareceu que este valor corresponde ao necessário para a realização da feira das Tasquinhas e o procedimento foi elaborado via CIMLT. -----

----- **Vice - Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Disse que não existe nenhum plano estratégico e trata-se essencialmente da disponibilidade da autarquia de Rio Maior e de Bissau para a constituição deste laço institucional e, no futuro, será concretizada. Acrescentou que nos anos 90 foi desenvolvida uma situação desta natureza com a Ilha do Fogo, Cabo Verde, e que aquilo que realmente é importante é aproveitar este tipo de oportunidade de manter este tipo de relacionamentos. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I – Pedido de suspensão de mandato de Maria de Fátima Gouveia Pinheiro de Carvalho** -----

----- O Presidente da Assembleia leu o requerimento apresentado pela Deputada Municipal para suspensão do mandato pelo período de sessenta dias. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (27 presenças). -----

----- **Ponto II – 2ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano 2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Jacinto Madeira Correia** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Solicitou que lhe fosse esclarecido se o reforço às juntas de freguesia se é para novos projetos ou se é para despesas correntes já previstas. -----



----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que se trata de ambas as situações para que se possa no ano de 2015 celebrar acordos de execução e contratos interadministrativos com as juntas de freguesia e que se trata de um reforço no âmbito dos contratos e da relação jurídica que virá a esta assembleia a estabelecer para o ano de 2015 com as juntas de freguesia. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (27 presenças). -----

----- **Ponto III – Contas Consolidadas Ano de 2014** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados e acrescentou que se trata de um procedimento que decorre da lei e que inclui a Escola Profissional de Rio Maior, a Desmor e a Sociedade de Reabilitação Urbana. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Congratulou-se com a apresentação da documentação e com os resultados conseguidos, que são os possíveis, e deixou um repto relativamente à execução e eventuais revisões para o ano corrente de 2015 e em especial no que se refere ao acordo com a Águas do Oeste e ao facto de câmara necessitar de garantir a sua estabilidade financeira. Disse entender que com a aplicação, a revisão e a adequação de taxas e das fontes de receita legalmente previstas para os municípios deve procurar equilibrar-se as finanças na medida do possível, assim como pela negociação da redução da despesa no sentido da racionalização da mesma e ainda, por último, por uma abordagem proactiva junto das entidades quer nacionais, quer das empresas nomeadamente a Águas do Oeste, para que seja possível uma sustentabilidade da prestação do serviço versus o seu pagamento. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Ponto IV – Relatório de acompanhamento trimestral ao PAEL – 1º Trimestre de 2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----



----- Indicou o sentido de voto de abstenção porque para além de toda a dimensão política que está por trás do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), não pode ser aceite que em vez de renegociar o contrato com a Águas do Oeste, os tarifários das águas seja mandada para futuro sem se saber quanto é que vai ser e o que é que vai ser. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Afirmou que se trata de um documento que ajuda a interpretar a realidade que se vive no município, que apenas 11% das receitas são arrecadadas e que os pagamentos a noventa dias se atrasaram. Disse tratar-se de um documento importante para todos mas em particular para os elementos da assembleia municipal. Indicou que na página 3 o documento refere, com toda a clareza, a política municipal para 2015, no entender da Coligação Democrática Unitária (CDU) para depois das eleições, com o aumento de tarifário das águas, saneamento e recolha de resíduos e a implementação da Taxa de Gestão de Resíduos (TGR) e da Taxa de Recursos Hídricos (TRH) ao consumidor final. Declarou que claramente o PAEL, com o qual o PCP/CDU não estão de acordo desde sempre por discordar deste tipo de política, deu origem ao aumento de tudo e conseqüentemente ao pagamento pelos mesmos de sempre. Indicou o sentido de voto como abstenção por não ser esta a postura política do Partido Comunista Português (PCP) e da CDU. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 18 votos a favor e 10 abstenções dos Deputados Municipais António Manuel da Silva Moreira, Jacinto Madeira Correia, Vera Alexandra Costa Simões, Ana Catarina Coelho Pinto, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos Colaço e Suzana Margarida dos Santos Candeias e dos Presidentes de Junta de Freguesia de Asseiceira, da União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo e do Secretário da Junta de Freguesia de Arroquelas (28 presenças). -----

----- **Ponto V – Acordo de pagamento com a Águas do Oeste** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, acrescentando que se trata de um acordo que vai até final do ano e de acordo com as cláusulas negociadas entre as partes. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Jacinto Madeira Correia** -----

----- Questionou se no período em que não foram efetuados pagamentos à Águas do Oeste, desde 2014 até agora à presente data, a câmara fez reserva desses valores e



se o acordo agora feito se vai, de alguma forma, refletir no pagamento final do consumidor. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Afirmou que a CDU e o PCP concordam que os compromissos são para ser cumpridos, mas que este acordo traz à evidência as dificuldades do município na arrecadação de receita e o erro político de grande dimensão que foi a opção pela Águas do Oeste e a forma como foi feita a integração. Referiu que os investimentos da Águas do Oeste na rede do concelho nunca foram feitos e que a situação dos consumos mínimos e obrigatórios é irreal, concluindo que quem continua a pagar tudo isto é o povo e a Águas do Oeste continua como quer e sem qualquer respeito pelos compromissos assumidos. Considera que ou se rompe com esta asfixia ou a breve prazo nem os aumentos que serão feitos resolverão a dívida e dúvida, face aos investimentos que deveriam ter sido feitos pela Águas do Oeste no concelho de Rio Maior e não foram, que no final não seja a Águas do Oeste a dever à Câmara Municipal. Declarou que este negócio das águas, do saneamento e dos resíduos sólidos é a prova evidente do aviltamento que o governo tem feito relativamente às autarquias. Indicou o sentido de voto como abstenção porque os riomaiorenses não podem ficar sem água mas entende que para além das instituições políticas e de representação, outras instituições existem com competência para a resolução deste tipo de incumprimentos contratuais. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Disse que pelo que pode verificar existe já um relativo incumprimento por falta de dinheiro uma vez que as receitas foram inferiores às previstas e que, em relação à questão das reservas, só pode depreender que se existisse disponibilidade financeira tinha sido feito o pagamento e não se aguardava para mais tarde. Relativamente ao acordo afirmou que, de acordo com a análise que pode fazer, lhe parece que não só se trata de um acordo que está enquadrado nas expectativas da Câmara poder cumprir, como ainda foram reduzidos os juros moratórios a 3%, ou seja, inferior à taxa de juros moratórios definida às empresas desde janeiro deste ano e que é de aproximadamente 7%. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Iniciou por dizer que se o município tivesse qualquer tipo de reservas cumpriria, desde logo, com os seus compromissos e não se não se colocaria em situação de incumprimentos e a suportar juros. Relativamente ao reflexo desta dívida nos



consumidores finais esclareceu que se trata de faturas atrasadas do município de Rio Maior à Águas do Oeste e que todos, enquanto consumidores, já pagaram o respetivo consumo de água. Referiu que a situação do município de Rio Maior tem-se vindo a agudizar desde 2008/2009 devido ao facto de não se ter, em nenhuma altura, aumentado o tarifário de água, saneamento e resíduos e de todos os anos a Águas do Oeste aumentar o tarifário que a Câmara paga por m³ quer na água quer no saneamento. Afirmou também que a situação não está mais desequilibrada porque se deu a fusão da Resioeste na Valorsul e o preço de recolha do lixo baixou em cerca de 50% e que mesmo assim, neste momento, o município de Rio Maior tem um défice de cento e vinte mil a cento e trinta mil euros por mês entre a receita e a despesa, ou seja, um défice anual de cerca de um milhão quatrocentos mil euros. Admitiu que o município de Rio Maior não tem condições para continuar a manter esta situação e se assim for muitos outros acordos de pagamento terão que ser feitos e ainda assim pode estar em risco a capacidade para conseguir cumprir qualquer um deles, seja da Águas do Oeste, da Valorsul ou da SUMA. -----

----- Realçou ainda que a água começa a ser um bem escasso e com um custo muito abaixo daquele que se paga de gás, eletricidade, combustível, telemóveis, etc., e que começa a ser necessária a sua poupança, sendo, obviamente, o preço um condicionante no gasto excessivo, declarando ainda que há que ter a consciência que efetivamente o município de Rio Maior precisa de aumentar as receitas porque sem elas não se consegue fazer investimento. Lembrou as candidaturas feitas no final do ano passado ao ciclo urbano da água que estão em fase de aprovação e que a capacidade de fazer investimento é nula. Referiu que durante muitos anos foram seguidas outras políticas pelos executivos, que respeita, nomeadamente no saneamento, em estradas, em obras e que as águas nunca foram alvo de investimento. Lembrou ainda que o contrato assinado em 2002 foi um contrato imposto, praticamente sem escapatória e que a Águas do Oeste embora não tenha cumprido relativamente a muitos dos investimentos previstos no saneamento, relativamente à água em baixa nunca fez parte do contrato a Águas do Oeste fazerem qualquer tipo de substituição. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 22 votos a favor e 7 abstenções dos Deputados Municipais António Manuel da Silva Moreira, Jacinto Madeira Correia, Vera Alexandra Costa Simões, Ana Catarina Coelho



Pinto, Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos Colaço e Suzana Margarida dos Santos Candeias (29 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Só para dizer que nos abstivemos porque naturalmente que sabemos que os contratos devem ser cumpridos mas os contratos com várias cláusulas e algumas delas são em nosso entender cláusulas leoninas e a Câmara deveria, em nosso entender, ter, se assim fosse, litigiado com o contrato. Eu concordo em absoluto com aquilo que o Senhor Vice-Presidente disse, o preço da água é fundamental, a água é um bem escasso, Rio Maior perde muita água e há muito pouca gente, é bom que se fizesse um plano cívico para a educação para o consumo da água nas escolas e fora delas, mas o preço das águas, o preço da água, não pode ser caro para reverter para o lucro das Águas do Oeste, esse é que é o problema, porque o problema não é ser caro para reverter para o lucro, é ser caro porque é um bem escasso, é por isso que nos abstemos, não é por causa do preço da água, porque o preço da água não é para reverter para o lucro, não podemos estar de acordo com isto e o acordo de pagamento é já de si, em minha opinião, uma parte de facto que possibilita um litígio posterior.” ----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Eu votei favoravelmente neste ponto mas gostaria de frisar que de facto concordo com o meu caro colega António Moreira e gostaria de deixar o repto relacionado com a minha declaração de voto ao nível deste contrato, que concordo com o Senhor Vereador quando nos diz que a água é de facto um bem essencial, mas que, por outro lado, há cláusulas leoninas, há um monopólio que é entregue à revelia e, conforme diversos pareceres até da própria Associação Nacional de Municípios ao longo de dezenas e dezenas de anos o refletem, porque é um bem público, todos, no caso do nosso país, todos os portugueses, do qual o nosso concelho não padece por aí além e o qual é obrigado a pagar por via da legislação preços e com cláusulas leoninas. Recordo que a história veio a chamar a este tipo de práticas comerciais de companhias imperiais, no passado, ou seja, a única situação para que nós não possamos chamar a isto, às Águas do Oeste e às suas congéneres, companhias imperiais é que não têm o direito de administrar a justiça e o policiamento no território, mas têm uma posição ainda mais fácil, dizem ao Estado e ele em si aplica, as finanças cobram a receita à cabeça que deveria ser transferida para os municípios e por aí



adiante. Por último, ainda não estamos nós, riomaiorenses, a pagar este diferencial da fatura que está a ser suportado pela câmara. Não obstante, há que ver também que, e com o devido respeito, todas as associações, entidades públicas, estatais ou municipais em Rio Maior que não estão ainda a pagar a água tem que dar o seu contributo, os riomaiorenses aceitarão, com certeza, a verificação de se vale a pena uma determinada entidade que pagar para que ela continue a sobreviver, mas devemos saber quanto custa o quê e em que rubricas, caso contrário cai a racionalização deste bem essencial por terra.” -----

----- **Ponto VI – Relatório de avaliação das competências transferidas para as juntas/uniões de freguesias por acordo de execução no ano de 2014** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Disse que em relação à questão técnica e administrativa nada há a objectar contudo entende a CDU que é oportuno dizer algumas coisas que o relatório não diz e que se impõe que sejam ditas na assembleia. Referiu que o pagamento, na sua grande maioria, foi efetuado em janeiro de 2015 referente ao ano de 2014 e ainda que segundo informação de alguns presidentes de junta de freguesia a verba a receber seria apenas metade das do ano anterior. Afirmou que a Câmara transfere para as freguesias, grosso modo, quinhentos mil euros dos vinte milhões do seu orçamento, ou seja, 0,025%, e que a ser verdade a redução em 50% serão transferidos agora apenas 0,0125%, ou seja, 1,25% do orçamento. Admitiu que assim dito parece que são as juntas de freguesia as culpadas de não vir a fazer o seu trabalho e a CDU entende que esse julgamento é errado, porque quando a Câmara não transfere dinheiro para as juntas de freguesia quem deixa de fazer as coisas é a Câmara Municipal, e considerou que a população riomaiorense tem que saber que com a redução de 50% a câmara deixa de cumprir as suas competência transferidas para as juntas. Continuou dizendo que a CDU entende que esse não é o caminho para garantir um concelho harmonioso, desenvolvido e equilibrado, e que as pequenas freguesias ficam com menos meios, ficam mais frágeis e com menos capacidade de atração e que, como tal, seria de ponderar a situação de uma hipotética redução e corrigir para que assim não seja. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----



----- Lembrou que o que se trata aqui é do relatório de 2014, que para o de 2015 ainda não chegaram ao fim as reuniões com os presidentes de junta, acrescentando que ainda bem que existe uma mentalização para 50% das verbas porque, nesse caso, tudo o que for a mais é ganho. Afirmou que aquilo que está em causa é a transferência de competências da câmara para as juntas e não as competências próprias das juntas de freguesia, não estando assim retirar absolutamente nada. Disse que em relação ao facto da população ter que ser informada, concordou que a população tem que ser informada que a câmara municipal, dentro das disponibilidades que tem, transfere as suas competências para as juntas se essa for a vontade de ambas as partes. Terminou dizendo que houve tempos que a Câmara não transferiu nenhuma competência para as juntas de freguesia e que embora seja verdade que o ano já vai adiantado ainda não houve uma última reunião definitiva e que se tivesse havido a possibilidade de fazer transferência mais cedo tê-lo-ia feito, porque ela própria já esteve nessa posição. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votámos a favor, vemos com bom grado a transferência e a operacionalização das competências nas juntas de freguesia e não podemos deixar de lamentar o facto de que a Senhora Presidente acha que uma forma de negociar é prometer 50% e o que vier a mais é lucro.” -----

----- **Ponto VII – Apresentação do Relatório de Ponderação do período de Discussão Pública e parecer emitido pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana relativos ao Projeto de Operação de Reabilitação Urbana referente Área de Reabilitação Urbana 1 de Rio Maior, e consequente deliberação sobre a aprovação da respetiva operação de reabilitação urbana** -----

----- A Presidente da Câmara deu a palavra ao Vice-Presidente que acompanhou este processo, que apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, acrescentando que este foi um processo conduzido pela CIMLT tendo sido feito um levantamento exaustivo dos prédios dentro das áreas de reabilitação 1 e 2. Acrescentou ainda que os planos estratégicos prevêem a possibilidade de reabilitação de prédios degradados de acordo com a disponibilidade dos particulares e também alterações profundas das infraestruturas públicas. Lembrou



que foram feitas divulgações públicas dos projetos, com pouca adesão, estiveram a consulta pública da qual não resultou qualquer reclamação ou sugestão e estão agora a aprovação. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Nuno Gonçalo Vitorino Raimundo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Louvou o executivo no sentido em que acompanha as tendências da regeneração urbana que tem acontecido nos municípios vizinhos e porque entende que só através da recuperação das ruas e da criação de incentivos fiscais os particulares conseguem aquele impulso que lhes faltava permitindo que a cidade obtenha uma maior qualidade estética. Disse que tecnicamente tem alguma dificuldade em perceber a delimitação das zonas pelo eixo viário, porque tal significa que de um lado ruas e edifícios incluem-se dentro da área de reabilitação urbana e do outro lado da rua não, criando alguma desigualdade entre os moradores de uma zona. Para além disso disse também constatar, e que gostaria de saber o porquê, de a zona compreendida a sul da Rua Francisco Barbosa não estar incluída no plano tal como foi sugerido pelos moradores em sessão pública de esclarecimentos. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Referindo-se aos dois pontos em simultâneo, afirmou que a CDU entende que os documentos são interessantes quanto ao estudo e à caracterização da parte antiga da cidade evidenciando o esquecimento a que esta parte da cidade foi devotada ano após ano, o que contribuiu para a sua degradação física e desertificação humana. Continuou dizendo que o plano estratégico, na opinião da CDU, devia ir mais longe apontando caminhos para habitação, comércio e outros, mas que certamente o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) irá colocar as questões que julgar convenientes. Disse ainda ser preocupante a baixa taxa de participação aquando da auscultação pública e considerou que deve haver uma reflexão conjunta para perceber porque é que as pessoas não participaram nas coisas que lhes dizem respeito diretamente e se isso se deve à falta de confiança nas instituições. Concluiu dizendo que a CDU entende que a democracia participativa precisa que sejam encontradas rapidamente respostas para bem do concelho de Rio Maior e que não obstante isso, a CDU entende que este é um documento interessante e que é de valorizar. -----



----- **António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- No que respeita a este programa começou por dizer que relativamente à questão colocada anteriormente segundo sabe a delimitação das ruas, na generalidade, prevê sempre ambos os lados das mesmas e essa delimitação será apenas uma forma mais objetiva e visual para melhor percepção dos espaços. Continuou dizendo que o programa lhe parece importante e exortou todas as entidades com responsabilidade na sociedade a promover a sua divulgação junto dos particulares porque, de facto, o município de Rio Maior já tomou a importante medida de diferenciar o Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI), havendo um agravamento para os imóveis devolutos ou degradados. Acrescentou que este programa prevê a possibilidade dos privados reabilitarem e usufruírem da redução de IMI durante um certo período e da redução do IVA custeado com as obras, parecendo-lhe, por isso, objetivamente vantajoso para privados no caso de quererem melhorar a eficiência energética de edifícios ou fazer obras de reabilitação, salientando que não se trata de um programa para construção mas sim de reabilitação do edificado existente. Referiu que os benefícios são diretos e que é realmente um benefício para a cidade e para todos os riomaiorenses. -----

----- No que respeita à pouca participação disse partilhar da opinião da intervenção anterior mas que a participação será talvez um pouco à imagem das comemorações do 25 de Abril onde os próprios deputados municipais primaram um pouco pela ausência. Exortou todos, nomeadamente a Câmara Municipal, a melhorar a sua comunicação junto dos riomaiorenses para que se sintam mais envolvidos, porque como disse anteriormente, é possível fazer eventos e ações com divulgação para participação dos riomaiorenses incentivando à sua participação e comparência e sejam agentes ativos no desenvolvimento das atividades do concelho. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que aquilo que disse relativamente à Rua D. Afonso Henriques foi que ambos os lados vão ser abrangidos. Disse que foi feita a divulgação possível, na comunicação social local, informação porta-a-porta (panfletos), etc., só que as pessoas estão bastante cépticas em relação a este tipo de iniciativa e ao seu desenvolvimento devido a um problema fundamental que é o financiamento, quer para o setor público quer para o setor privado. Lembrou que nas duas áreas o investimento previsto pelo município seria de trinta e cinco milhões de euros sendo, por isso, evidente que havendo algum financiamento ficará muito aquém das necessidades. Acerca da Rua João Barbosa explicou que estas áreas não estão fechadas podendo



em qualquer altura o executivo e a assembleia definir novas áreas e, por isso, numa futura revisão poderá ser contemplada. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- **Ponto VIII – Apresentação do Relatório de Ponderação do período de Discussão Pública e parecer emitido pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana relativos ao Projeto de Operação de Reabilitação Urbana referente Área de Reabilitação Urbana 2 de Rio Maior, e consequente deliberação sobre a aprovação da respetiva operação de reabilitação urbana** -----

----- O ponto foi apresentado em simultâneo com o ponto anterior por se tratar da mesma matéria. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- As intervenções foram feitas em simultâneo com o ponto anterior por se tratar da mesma matéria. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- **Ponto IX – Autorização para celebração de Contrato Interadministrativo para delegação de competências da Câmara Municipal de Rio Maior na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, na área da reabilitação urbana** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Questionou quais são efetivamente as competências que vão ser delegadas, o que é que vai deixar de estar na esfera de decisão da Câmara, qual é a diminuição da capacidade de intervenção da assembleia com esta delegação de competências, para assim poder votar em consciência. Admitiu estar bastante confuso porque lhe parece que com esta delegação de competências o município deixará de ter qualquer poder de decisão nas situações das áreas de reabilitação urbana. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Iniciou por dizer que este é um ponto bastante importante porque a política de solos é uma das funções chave das autarquias, já que a utilização do território é de grande interesse para as populações e para os seus legítimos representantes, devendo, por isso, estar sujeito ao controlo democrático. Considerou que não devem



ser alienadas competências políticas e técnicas das autarquias e nem devem ser entregues a empresas e estruturas que não são sujeitas a controlo democrático das populações, como é o caso das CIM's, por se tratar de competências básicas do poder local democrático. Continuou dizendo que o contrato Interadministrativo de delegação de competências disponibilizado prevê um conjunto de situações inaceitáveis na área técnica, que enumerou de acordo com a proposta e considerou que as competências devem continuar na esfera dos legítimos representantes das populações sujeitos ao controlo democrático dos eleitores. Afirmou ainda que grave é também a situação mediante solicitação de qualquer um dos primeiros contraentes, a segunda contraente poderá desempenhar funções de apoio técnico nas matérias referidas nos documentos, designadamente nas áreas das obras coercivas, empreitadas, demolições, direito de preferência, arrendamento forçado, entre outras, entendendo a CDU que isto irá servir unicamente aos grandes empreiteiros com prejuízo para os pequenos. Reafirmou que todas estas áreas devem estar no âmbito do controlo dos legítimos representantes das populações e sujeitos ao escrutínio e responsabilização político-eleitoral e que se trata de um tipo de matérias que deve permanecer na competência da Câmara Municipal e não ser delegada na CIMLT de forma alguma. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Relembrou que as Comunidades Intermunicipais (CIM) são de responsabilidade única e exclusivamente política, ou seja, o órgão executivo é composto pelos onze presidentes de câmara da respetiva região, neste caso da região da Lezíria do Tejo, assim como as assembleias intermunicipais são única e exclusiva responsabilidade da presença dos deputados municipais de cada um dos municípios com a respetiva representatividade em função das cores partidárias pelas quais são eleitos. Disse ainda que a força política que representa está em minoria na CIMLT e discorda quando se afirma que há falta de controlo com este tipo de delegação. Pediu que fosse dada a palavra ao Vice-Presidente para esclarecimentos mais técnicos visto ser esta uma das áreas nele delegadas. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Considerou que a interpretação feita do documento feita na intervenção da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa é limitativa porque apenas foi lida parte do documento e que, por isso, aquilo que foi transmitido à Assembleia é restritivo e leva à conclusão de que o município simplesmente ficou esvaziados de



todas as competências delegando-as na CIMLT. Esclareceu que não é disso que se trata e que embora inicialmente tenha havido uma proposta da CIMLT nesse sentido para as funções técnicas na área do urbanismo, a mesma foi rejeitada por todos os municípios sem exceção. Continuou explicando que os municípios aprovaram sim, a proposta de trabalho vinda da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos em que, tirando a parte das inspeções que efetivamente passa para a CIMLT, todas as restantes competências continuariam na esfera do poder de decisão dos municípios, embora, quando solicitado, a CIMLT possa opinar ou emitir pareceres técnicos. Terminou dizendo que, em sua opinião, esta é uma situação temporária e que os interesses de Rio Maior, tal como dos outros dez municípios, ficaram devidamente salvaguardados, assim como das pessoas. Relativamente à contratação de empreiteiros apenas acrescentou que este programa prevê que para tirar se poder tirar partido dos benefícios de estar dentro de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) efetivamente tem que se contratualizar com um empreiteiro e se o mesmo não tiver alvará não poderá haver acesso aos incentivos. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Pediu novamente a palavra para voltar a perguntar objetivamente quais são as competências que o município perde. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Respondeu que essa informação está vertida no documento disponibilizado. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 19 votos a favor, 3 votos contra dos Deputados Municipais Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa, Paulo Manuel Santos Colaço e Suzana Margarida dos Santos Candeias e 6 abstenções dos Deputados Municipais António Manuel da Silva Moreira, Jacinto Madeira Correia, Vera Alexandra Costa Simões, Ana Catarina Coelho Pinto, do Secretário da Junta de Freguesia de Arroquelas e do Presidente de Junta da União de Freguesias de Azambujeira e Malaqueijo (28 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado António Manuel da Silva Moreira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “De facto a complexidade é grande, a nossa intenção parece-nos que seria de votar contra, mas nós não queremos, nós nunca obstaculizamos nada por obstaculizar e também como, independentemente do nosso sentido de voto, a maioria aprovaria sempre isto, nós abstivemo-nos por essa razão, pese embora que fique registado em



ata que vemos com muita preocupação a cedência deste tipo de prerrogativas que deviam competir à Câmara.” -----

----- **Ponto X – Deliberação sobre o início dos procedimentos tendentes à elaboração do Regulamento Provisório de Segurança a ser, posteriormente, apresentado, para efeitos de aprovação, à Assembleia Municipal** -----

----- O Presidente da Assembleia apresentou o ponto lembrando que esta é uma competência própria da Assembleia Municipal. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Lembrou que a CDU já no anterior mandato tinha sugerido a constituição do Conselho Municipal de Segurança como legalmente estabelecido e face à crescente insegurança das populações. Considerou que no cenário atual se deve impulsionar as políticas de proximidade, campanhas de esclarecimento, relação pedagógica dos cidadãos e educação cívica, que são competências do Conselho Municipal de Segurança que a Assembleia Municipal deve aprovar, não esquecendo, no entanto, que este conselho não terá a resolução de todos os problemas, já que é ao Governo que compete disponibilizar os meios humanos, financeiros e técnicos para que a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Polícia de Segurança Pública (PSP) possam fazer com que se viva em segurança e em paz no concelho e no país. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (28 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----



SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 27 DE JUNHO DE 2015

----- Quando eram dezasseis horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____

----- **A SEGUNDA SECRETÁRIA:** _____